

CMU 000665-LEG 11/Nov/2020 09:53

EMENDA MODIFICATIVA Nº 24 /2020

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores:

O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT) vem, respeitosamente, nos termos do artigo 141 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresentar **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei Ordinária nº 080/2020, que “**Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2021.**” de autoria do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, como segue:

**Texto Original:**

Unidade Gestora.....: CONSOLIDADO

Órgão.....: 09 SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0613.8.051.000                      Disponibilizar recursos didático-pedagógico, acervo bibliográfico, mobiliário, equipamentos tecnológicos,p garantir a efetivação da proposta pedagógica das escolas municipais e da Semed E.Fundamental  
266.750,00    266.750,00

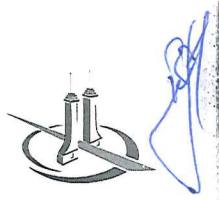
**Texto proposto:**

Unidade Gestora.....: CONSOLIDADO

Órgão.....: 09 SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0613.8.051.000                      Disponibilizar recursos didático-pedagógico, acervo bibliográfico, mobiliário, equipamentos tecnológicos,p garantir a efetivação da proposta pedagógica das escolas municipais e da Semed E.Fundamental e **promover programas e projetos educativos de prevenção à violência contra crianças, mulheres e idosos.**

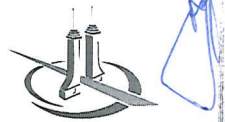


266.750,00

266.750,00

#### JUSTIFICATIVA:

1. A Lei Federal nº 11.525, de 25 de setembro de 2007, determina que o **“currículo do ensino fundamental** incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes”, em sintonia com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. O art. 12, IX, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, determina que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “promover medidas de conscientização, de **prevenção e de combate a todos os tipos de violência**”.
3. A Lei Municipal nº 4.835, de 8 de novembro de 2017, “instituiu o Programa Quebrando o Silêncio no Calendário Oficial do município de Uruguaiana, de caráter **educativo e de prevenção contra o abuso e a violência doméstica**”, que objetiva, por exemplo, “disponibilizar às famílias, aos pais, aos filhos, aos educadores e aos alunos informações para a prevenção e o combate ao abuso e à violência, esclarecendo quanto aos direitos e alertando quanto à necessidade de buscar junto aos órgãos competentes o apoio necessário”.
4. Percebe-se que a legislação federal e a legislação municipal determinam que as escolas municipais adotem medidas e ações para a prevenção à violência, colaborando para a cultura paz e o apreço à tolerância.
5. O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT) reconhece o trabalho dedicado, qualificado e permanente dos profissionais da educação em favor de ações e projetos educativos que contribuam para a formação cidadã, ética e solidária de nossos estudantes, bem como o firme compromisso desses profissionais com os valores democráticos da sociedade brasileira.



6. Aliás, cabe mencionar que nas escolas municipais é desenvolvido ainda o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, realizado pela Brigada Militar, que consta previsto na Lei Municipal nº 4.015, de 30 de dezembro de 2010, e que tem como objetivo principal “a prevenção ao uso indevido de drogas e a **prática de violência** por parte de crianças e adolescentes em formação”.

7. É fundamental que a Secretaria Municipal de Educação conte com recursos para a realização de projetos e programas educativos de prevenção à violência contra crianças, idosos e mulheres, bem como possa contar com o apoio e parceria de entidades públicas e privadas para a consecução de projetos e programas no ambiente escolar.

Uruguaiana, 11 de November de 1905.

**Vereador José Clemente da Silva Corrêa**  
Bancada do PDT